



PARECER PRÉVIO Nº 43/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 10739/2015.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo.
- 4- **Exercício:** 2014.
- 5- **Responsável:** Neilson da Cruz Cavalcante (Prefeito Municipal).
- 6- **Advogado:** Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6.975, Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4.331, Paulo Victor Vieira da Rocha - OAB/AM 540-A, Leandro Souza Benevides - OAB/AM 491-A, Bruno Giotto Gavinho Frota - OAB/AM 4.514, Lívia Rocha Brito - OAB/AM 6.474, Pedro de Araújo Ribeiro - OAB/AM 6.935, Tábatta Lorena Coelho Guimarães - OAB/AM 7.789, Caroline Mota Vieira - OAB/AM 10.505, Isabella Jacob Nogueira - OAB/AM 8.800, Tayanna Bahia Costa - OAB/AM 7.656, Taíse dos Santos Justiniano - OAB/AM 9.032, Karine Casara Batista - OAB/AM 10.522 e Lucas Lyra de Freitas - OAB/AM 10.515.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4009/2019-DMP, Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. . Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo. Exercício de 2014.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. **Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação** das Contas Gerais da Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo, na competência atribuída pelo art. 11, inc. II, da Resolução nº 04, de 23.05.2002, referente ao exercício de 2014, Gestão do **Sr. Neilson da Cruz Cavalcante**, Prefeito e Ordenador de Despesas, nos termos do art. 1º, inciso I, c/c o art. 58, alínea “c”, da Lei nº 2.423/96;
- 10.2. **Determinar à Câmara Municipal** de Presidente Figueiredo, o cumprimento do art. 127, §§ 5º e 6º da CE/AM, em especial o **prazo de 60 dias para julgar o Parecer Prévio deste Tribunal.**



PARECER PRÉVIO Nº 43/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 11- Ata:** 33ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
12- Data da Sessão: 2 de Outubro de 2019.
13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.
14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro Relator

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº 43/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 43/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

- 1- **Processo TCE - AM nº 10739/2015.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo.
- 4- **Exercício:** 2014.
- 5- **Responsável:** Neilson da Cruz Cavalcante (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6.975, Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4.331, Paulo Victor Vieira da Rocha - OAB/AM 540-A, Leandro Souza Benevides - OAB/AM 491-A, Bruno Giotto Gavinho Frota - OAB/AM 4.514, Lívia Rocha Brito - OAB/AM 6.474, Pedro de Araújo Ribeiro - OAB/AM 6.935, Tábatta Lorena Coelho Guimarães - OAB/AM 7.789, Caroline Mota Vieira - OAB/AM 10.505, Isabella Jacob Nogueira - OAB/AM 8.800, Tayanna Bahia Costa - OAB/AM 7.656, Taíse dos Santos Justiniano - OAB/AM 9.032, Karine Casara Batista - OAB/AM 10.522 e Lucas Lyra de Freitas - OAB/AM 10.515.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4009/2019-DMP, Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. . Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo. Exercício de 2014.

Determinação. Irregularidade. Alcance. Multa. Recomendação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo, referente ao exercício de 2014, tendo como responsável o **Sr. Neilson da Cruz Cavalcante**, Prefeito e Ordenador de Despesas, nos termos do art. 19, inciso II c/c o art. 22, inciso III, alínea “b” e “c”, da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas nº 2.423/96, em razão das falhas descritas na fundamentação do Voto;
- 10.2. **Considerar em Alcance** o **Sr. Neilson da Cruz Cavalcante**, Prefeito e Ordenador de Despesas, no montante de **R\$ 4.370.135,44** (quatro milhões, trezentos e setenta mil, cento e trinta e cinco reais e quarenta e quatro centavos), nos termos do art. 304, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, pelos motivos abaixo discriminados, que devem ser



ACÓRDÃO Nº 43/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 43/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

recolhidos, no prazo de 30 dias, na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo, ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM:

10.2.1. No valor de **R\$ 69.030,00** (sessenta e nove mil e trinta reais), por não ter comprovado a boa e regular aplicação dos recursos públicos no Termo de Contrato nº 370/2014, tendo em vista a ausência de apresentação de Boletins de medição e/ou reajustes ou Laudo de vistoria, emitido pelos responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do fornecimentos dos itens/materiais adquiridos (art. 67, § 1º da Lei 8666/93); Assim como Relatórios e/ou pareceres técnicos (art. 67, § 1º da Lei 8666/93) apresentando os locais de forma discriminada e detalhada os serviços prestados com as respectivas quantidades e datas e locais realizados. Item 52.1, da fundamentação do Voto;

10.2.2. No valor de **R\$ 121.500,00** (cento e vinte e um mil e quinhentos reais), por não demonstrar a boa e regular utilização dos recursos públicos no Termo de Contrato nº 314/2014, tendo em vista a ausência de apresentação de Boletins de medição e/ou reajustes ou Laudo de vistoria, emitido pelos responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do fornecimentos dos itens/materiais adquiridos (art. 67, § 1º da Lei 8666/93); Assim como Relatórios e/ou pareceres técnicos (art. 67, § 1º da Lei 8666/93) apresentando os locais de forma discriminada e detalhada dos locais onde foram utilizados os itens/materiais adquiridos conforme item 59.1, da fundamentação do Voto;

10.2.3. No valor de **R\$ 771.451,56** (setecentos e setenta e um mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e cinquenta e seis centavos), por não demonstrar a boa e regular utilização dos recursos públicos no Termo de Contrato nº 143/2014, tendo em vista a ausência de apresentação de Boletins de medição e/ou reajustes ou Laudo de vistoria, emitido pelos responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do fornecimentos dos itens/materiais adquiridos (art. 67, § 1º da Lei 8666/93), apresentando os locais de forma discriminada e detalhada os serviços prestados com as respectivas quantidades e datas e locais realizados, item 72.2, da fundamentação do Voto;

10.2.4. No valor de **R\$ 3.408.153,88** (três milhões, quatrocentos e oito mil, cento e cinquenta e três reais e oitenta e oito centavos), por não demonstrar a boa e regular utilização dos recursos públicos na recuperação de vicinais, tendo em vista ausência de apresentação de



ACÓRDÃO Nº 43/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 43/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

Boletins de medição e/ou reajustes ou Laudo de vistoria, emitido pelos responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do fornecimento dos itens/materiais adquiridos (art. 67, § 1º da Lei 8666/93), apresentando os locais de forma discriminada e detalhada os serviços prestados com as respectivas quantidades e datas e locais realizados, item 73.1.5, da fundamentação do Voto;

- 10.3. Aplicar Multa ao Sr. Neilson da Cruz Cavalcante**, Prefeito Municipal e Ordenador de Despesas, no valor de **R\$ 68.271,96** (sessenta e oito mil, duzentos e setenta e um reais e noventa e seis centavos), nos casos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, conforme os termos do art. 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, inciso VI, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução nº 04/2018-TCE/AM, pelas impropriedades constantes nos itens 41, 42, 43, 44, 45, 46.1, 46.2, 47.1, 47.2, 48.1, 49.1, 49.2, 50.1, 51.1, 51.2, 53.1, 54.1, 54.2, 55.1, 55.2, 56.1, 57.1, 58.1, 60.1, 60.2, 61.1, 62.1, 63.1, 64.1, 65.1, 65.2, 66.1, 67.1, 68.1, 69.1, 70.1, 71.1, 72.1, 73.1.1, 73.1.2, 73.1.3 e 73.1.4, da fundamentação do Voto, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;
- 10.4. Aplicar Multa ao Sr. Neilson da Cruz Cavalcante**, Prefeito Municipal e Ordenador de Despesas, no valor de **R\$ 34.135,98** (trinta e quatro mil, cento e trinta e cinco reais e noventa e oito centavos), conforme os termos do art. 54, III, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, inciso V, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução nº 04/2018-TCE/AM, por atos de gestão ilegítimo e antieconômico de que resulte injustificado dano ao erário, itens 52.1, 59.1, 72.2 e 73.1.5, da fundamentação do Voto, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de



ACÓRDÃO Nº 43/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 43/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

Contas (art. 72, inciso III, alínea "a" , da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

10.5. Recomendar à Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo que, sob pena de multa em caso de persistirem:

a) providencie instalações físicas de atendimento aos cidadãos conforme a Lei nº 12.527/2011, item 39, da fundamentação do Voto;

b) cumpra com mais rigor os ditames da Lei nº 4.320/64, no sentido de fazer os registros analíticos de todos os bens de caráter permanente, com indicação dos elementos necessários para a perfeita caracterização de cada um deles e dos agentes responsáveis pela sua guarda e administração, a fim de que falhas como essas não mais ocorram, item 40, da fundamentação do Voto.

11- Ata: 33ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 2 de Outubro de 2019.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.

14- Representante do Ministério Público: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral